



Os modelos de arranjos produtivos locais desenvolvidos em comunidades quilombolas e seus impactos socioeconômicos

The models of local productive arrangements developed in quilombola communities and their socio-economic impacts

Los modelos de arreglos productivos locales desarrollados en las comunidades quilombolas y sus impactos socioeconómicos

DOI: 10.55905/oelv23n6-045

Receipt of originals: 5/2/2025

Acceptance for publication: 5/26/2025

Lúcia Córdula dos Santos

Mestre em Ensino em Ciências e Saúde

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Endereço: Palmas, Tocantins, Brasil

E-mail: lucia.cordula@uft.edu.br

Diego Neves de Sousa

Doutor em Desenvolvimento Rural

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Endereço: Palmas, Tocantins, Brasil

E-mail: diegocoop@hotmail.com

Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma

Doutor em Ciências da Saúde

Instituição: Faculdade de Medicina do ABC (FMABC)

Endereço: Palmas, Tocantins, Brasil

E-mail: quaresma@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo buscou identificar os modelos de arranjos produtivos locais utilizados nas comunidades quilombolas em diferentes regiões brasileiras, principalmente os que têm o foco direcionado para o Turismo de Base Comunitária (TBC). Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, dos últimos 5 anos (2020-2024). Após triagem e verificação de elegibilidade, dez estudos preencheram os critérios de inclusão. Os artigos analisados demonstram os modelos de organização, as atividades econômicas presentes e que complementam o TBC, a falta de aplicação das políticas públicas existentes, e que podem atender às necessidades básicas e urgentes dessas populações, a necessidade de fomento ao protagonismo pessoal dos quilombolas. Mas, sobretudo retratam a história de pessoas que lutam para manter suas tradições vivas.

Palavras-chave: Populações Tradicionais, Turismo de Base Comunitária, Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article sought to identify the models of local productive arrangements used in quilombola communities in different Brazilian regions, especially those focused on Community-Based Tourism (CBT). This is an integrative literature review of the last five years (2020-2024). After screening and checking eligibility, ten studies met the inclusion criteria. The articles analysed show the models of organization, the economic activities that are present and that complement CBT, the lack of application of existing public policies that can meet the basic and urgent needs of these populations, and the need to encourage the personal protagonism of quilombolas. But above all, they portray the story of people who are fighting to keep their traditions alive.

Keywords: Traditional Populations, Community-Based Tourism, Rural Development, Public Policies, Public Policies.

RESUMEN

Este artículo buscó identificar los modelos de arreglos productivos locales utilizados en comunidades quilombolas de diferentes regiones brasileñas, especialmente aquellos que se centran en el Turismo Basado en la Comunidad (TBC). Se trata de una revisión bibliográfica integradora de los últimos cinco años (2020-2024). Después de la selección y verificación de elegibilidad, diez estudios cumplieron los criterios de inclusión. Los artículos analizados muestran los modelos organizativos, las actividades económicas que están presentes y complementan el TBC, la falta de aplicación de las políticas públicas existentes que puedan satisfacer las necesidades básicas y urgentes de estas poblaciones, y la necesidad de fomentar el protagonismo personal de los quilombolas. Pero, sobre todo, retratan la historia de personas que luchan por mantener vivas sus tradiciones.

Palabras clave: Poblaciones Tradicionales, Turismo Comunitario, Desarrollo Rural, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Uma etapa importante para um trabalho acadêmico é revisar a literatura. A atividade evitará a duplicação de pesquisas, bem como servirá de base para pesquisas em diferentes contextos, possibilitará o desenvolvimento de estudos que ainda não foram realizados e além de possibilitar a observação de falhas nas pesquisas anteriormente realizadas (Creswell, J. W.; Creswell, J.D, 2021).

O Brasil concentra a maior população negra (englobando pretos e pardos) fora da África. Mais de 40% da população brasileira corresponde a afrodescendentes. Dados do IBGE (2022) apontam que no país existem 8.441 comunidades quilombolas que abrigam mais de 1.3 milhões de pessoas. Entretanto, 494 Territórios Quilombolas são oficialmente delimitados no país abrangendo 167.202 quilombolas. Este público da agricultura familiar é reconhecido pela Constituição Brasileira, definidos a partir das relações com a terra, parentesco, práticas culturais e presunção de ancestralidade negra, pelos quais representam o resgate de uma dívida histórica com a população afrodescendente (Soares; Barreto, 2015).

A identidade socioterritorial é uma base para a construção da autonomia das comunidades tradicionais, fortalecendo as práticas culturais, econômicas e sociais em seus territórios, apoiando sua participação ativa no desenvolvimento sustentável e na proteção dos direitos de propriedade intelectual. A territorialidade é entendida como o conjunto de relações políticas, econômicas e culturais entre os indivíduos ou grupos sociais e seu meio de referência, o que gera sentimento de pertencimento (Blanco Tarrega; Lambert, 2018). Dessa forma, é através da consolidação do território que surge uma identidade própria dos grupos que nele vivem, reforçando seus laços culturais e sociais.

Historicamente, os povos tradicionais brasileiros sofreram, durante séculos, com a marginalização e indiferença de domínio do modelo de produção ocidental trazido do continente europeu. As formas diferenciadas de organização socioprodutiva, cultural e de se relacionar com o mundo, diferentes do modelo hegemônico de produção e acumulação de capital, foram desconsideradas. Essa situação os submeteu a exploração econômica, por parte das grandes empresas que estavam alinhadas ao modelo econômico vigente (Blanco Tarrega; Lambert, 2018).

As populações tradicionais “carecem de uma apropriação econômica e de meios econômicos que possibilite a independência e voz em debates públicos” (Pizzio; Neves, 2013, p 278). Com isso, a gestão comunitária poderá fomentar a gestão participativa e a articulação com os pares do segmento de turismo, governos e sociedade e encontrar um ponto comum que favoreça o desenvolvimento da comunidade ao preservar sua cultura.

Este artigo buscou identificar os modelos de Arranjos Produtivos Locais (APLs)

utilizados nas comunidades quilombolas em diferentes regiões brasileiras. Essas comunidades frequentemente se organizam em APLs para preservar a biodiversidade e seus conhecimentos tradicionais (Blanco Tarrega; Lambert, 2018). Cita-se o exemplo dos quilombos de África e Laranjituba no estado do Pará, o renascimento da cerâmica de barro tradicional fortaleceu os laços comunitários e o manejo ambiental (Magno; Cardoso; Nascimento, 2022).

Os APLs influenciam o desenvolvimento econômico territorial ao se configurarem como aglomerações regionais de pequenos empreendimentos setoriais que dinamizam as economias, promovendo a cooperação entre empresas locais e fortalecendo cadeias produtivas específicas em um determinado território (Fuini, 2013). São capazes de contribuir para o fortalecimento da economia local e regional, potencializando o protagonismo e a inclusão dos atores da localidade e, como consequência, aumentando o capital social e econômico da região. O autor destaca que são entendidos como modalidades de governança do desenvolvimento regional/local que, embora possam funcionar como estratégias centrais, também atuam como complementares a outras políticas públicas (Fuini, 2013). Isso destaca a necessidade de unir iniciativas locais a políticas governamentais e agregar instrumentos administrativos, financeiros e institucionais que ultrapassem o âmbito local, como forma de desenvolver fluxos de trabalho que fortaleçam o desenvolvimento da comunidade (Furlanetto; Cândido; Martin, 2024). A premissa é que o APL deve ser competitivo e apresentar práticas socioambientais adequadas, evidenciadas pelas práticas de sustentabilidade (Sousa Filho; Borges, 2019).

Dessa forma, foi elaborado uma revisão integrativa com objetivo de responder a seguinte questão: Quais são os modelos de arranjos produtivos locais, com foco no TBC, desenvolvidos em comunidades quilombolas e quais impactos socioeconômicos têm gerado nesses territórios?

2 MÉTODO

Este estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura (Cronin; George, 2023), dividida em seis etapas: formulação da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Devido à natureza intrínseca deste estudo, que se baseou em dados secundários, não foi necessário submeter o projeto a um comitê de ética, conforme as diretrizes estabelecidas na Resolução do Conselho Nacional de Pesquisa Nº 510/16 para pesquisas com essa abordagem metodológica (Brasil, 2016).

A pergunta norteadora da pesquisa foi construída com base na estratégia PICO (Richardson et al, 1995), no qual tem-se como referência - P: Pacientes/População, I: Interesse, Co: Contexto adaptada. Assim, P (Comunidades quilombolas), I (Modelos de arranjos produtivos locais e seus impactos socioeconômicos) e Co (Territórios rurais ou tradicionais no Brasil). Ajustando-se o objeto de estudo à estratégia PICO, tem-se como questão norteadora: Quais são os modelos de arranjos produtivos locais desenvolvidos em comunidades quilombolas e quais impactos socioeconômicos têm gerado nesses territórios?

Para formular a expressão de busca, utilizou-se dois strings. Esses foram combinados com operadores booleanos, representados pelos termos conectores AND e OR e inter-relacionados com componentes da estratégia PICO, na seguinte estrutura: (P) AND (I) AND (C) AND (O). Os parênteses foram aplicados quando no uso de diferentes operadores booleanos na mesma expressão de busca, enquanto as aspas (“ ”), nos termos compostos por duas ou mais palavras. Cabe destacar que a expressão de busca foi ajustada às regras definidas em cada base específica.

Em relação a busca na literatura, pesquisaram-se duas principais bases de pesquisa, o Google acadêmico e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizou-se a seguinte estratégia de busca em ambas as plataformas: “Arranjo Produtivo Local” and “Quilombolas” and “Turismo de Base Comunitária”.

A última atualização ocorreu em abril de 2025. Foram incluídos estudos realizados nos setores públicos e privados, que traziam em seus resultados os modelos de APLs adotados por comunidades quilombolas; estudos disponíveis na íntegra em acesso aberto; escritos em inglês, português ou espanhol; estudos de revisão sistemática e avaliações; publicados entre 2020 e 2024.

Os critérios de exclusão foram estudos duplicados e que não responderam à questão de pesquisa. Os títulos identificados foram salvos e exportados para o gerenciador de referências Zotero® e, posteriormente, foram importados para o Rayyan® (Ouzzani et al., 2016).

No sentido de ajustar os estudos identificados dentro dos critérios de elegibilidade propostos, foi utilizado o fluxograma Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Moher et al., 2009).

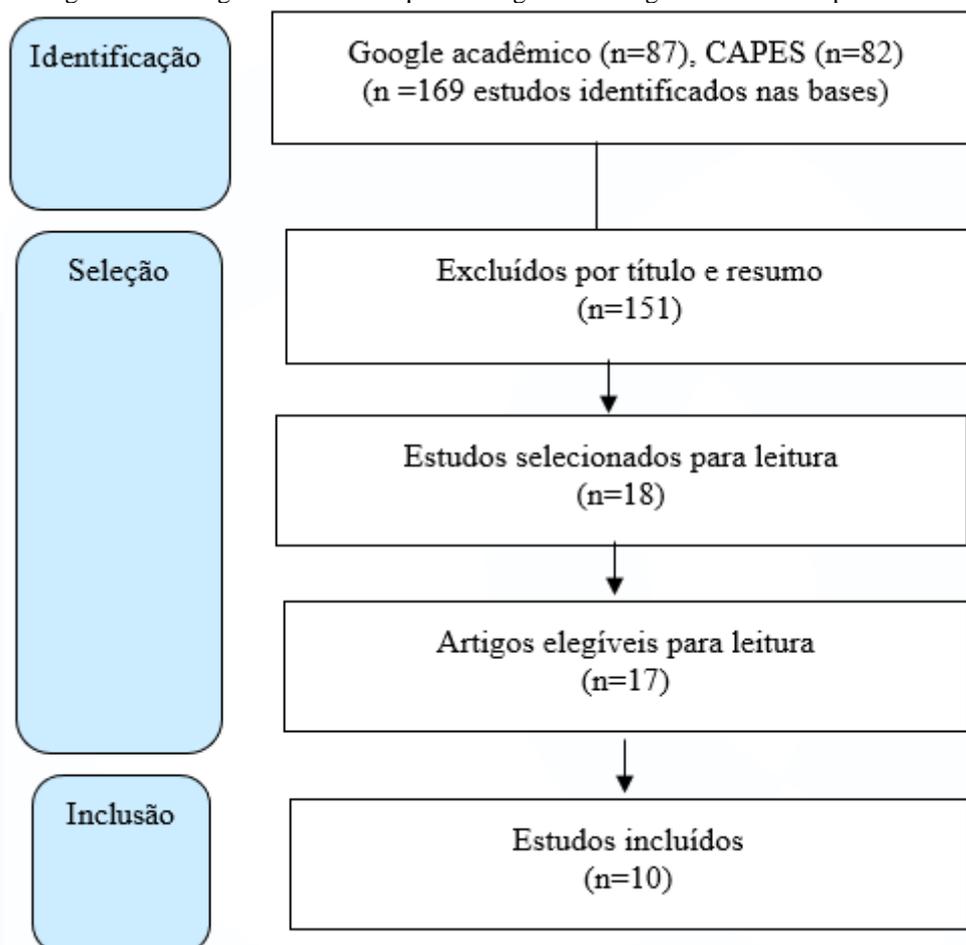
Na fase de coleta de dados, para evitar o viés de aferição, os estudos foram avaliados pelos autores, que examinaram as publicações, com checagem dos resumos e leitura na íntegra de cada estudo selecionado, conforme aqueles que abordavam, em específico, o objeto de estudo da presente revisão integrativa e que atendiam os critérios de inclusão. Ao final das análises os estudos foram classificados em quatro categorias: ‘inclusão’, ‘exclusão’, ‘incerteza’ ou ‘talvez’. Os avaliadores se reuniram para resolver os conflitos apontados pelo Rayyan® quanto à classificação dos títulos e resumos. Um terceiro revisor tomou a decisão final sobre a inclusão no estudo na pesquisa.

Para a extração dos dados foi elaborado instrumento que considerou os seguintes aspectos analíticos: artigo, autor/ano, jornal, título, coordenação do estudo e principais resultados do estudo. Os dados extraídos foram organizados em planilhas eletrônicas, para análises e sínteses.

3 RESULTADOS

Os estudos selecionados foram agrupados e, de acordo com a estratégia adotada, resultaram em três etapas descritas na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma do Prisma para a triagem dos artigos selecionados para o estudo.



Fonte: autoria própria.

A estratégia da pesquisa recuperou 169 registros que foram exportados para o sistema Rayyan®. Destes, foram excluídos 151 por duplicatas e não estarem alinhados aos objetivos da pesquisa. Dos 18 restantes, 17 foram classificados como ‘incerteza’ ou ‘talvez’, pois os autores levantaram dúvidas quanto ao escopo destes artigos e os critérios de inclusão. A partir da pré-análise dos autores, 10 publicações foram incluídas para leitura na íntegra.

O principal veículo de publicação foi a Revista Brasileira de Ecoturismo (2), os demais com um artigo selecionado: Revista Foco (Interdisciplinary Studies), Observatório de la Economía Latinoamericana, Turismo e Sociedade, Revista Políticas Públicas &

Cidades, Turismo: Visão e Ação, Cadernos de Geografia (GeoJou), Revista Campo-Território e Revista de Turismo Contemporâneo (Tabela 1). Todas as publicações são brasileiras e representam o modelo de APL adotado para o receptivo do turismo em comunidades quilombolas no Brasil (Tabela 2).

Dentre os modelos de APLs identificados nas comunidades quilombolas brasileiras, os modelos de turismo de base comunitária e turismo rural têm destaque, considerando que as comunidades tradicionais localizam-se, em sua grande maioria, nas zonas rurais das cidades. O Turismo Rural, de acordo com o Ministério do Turismo (MTUR, 2025), tem seu crescimento explicado por duas razões: “a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos, e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior” (p.6). O turismo de base comunitária ou turismo rural comunitário é um nicho especializado do mercado, direcionado a viajantes em busca de experiências originais na qual possam desfrutar de vivências culturais, cenários naturais entre outras experiências que não são possíveis no turismo de massa (Bartholo; Sansolo, 2024). Diante desse entendimento, desenvolvimento sustentável, protagonismo social e políticas públicas são assuntos em pauta nas análises.



Tabela 1 - Artigos incluídos na revisão integrativa.

Artigo	Autor/ano	Jornal	Título
1	(Araújo; Pires, 2023)	<i>Revista Foco (Interdisciplinary Studies)</i>	Turismo Sustentável e Arranjo Produtivo Local: Mensurando a Sustentabilidade Ambiental na Costa do Descobrimento.
2	(Santos; Barreto; Vieira, 2023)	<i>Observatório de la Economía Latinoamericana</i>	Arranjo produtivo local (APL) do turismo de base comunitária na região da Valéria no município de Parintins-AM
3	(Farias et al., 2022)	<i>Turismo e Sociedade</i>	Perspectivas sobre o Turismo de Base Local na Comunidade Quilombola Negros do Riacho
4	(Franco; Sousa; Ferreira, 2024)	<i>Revista Políticas Públicas & Cidades</i>	A Legalização Quilombola: Uma História Ainda a Ser Contada
5	(Moraes et al., 2024)	<i>Turismo: Visão e Ação</i>	Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação de uso sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão
6	(Oliveira; Diógenes; De Almeida, 2021)	<i>Cadernos de Geografia (GeoJou)</i>	Lazer e protagonismo social: uma experiência de turismo comunitário no nordeste brasileiro
7	(Paulino; Pizzio, 2023)	<i>Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)</i>	Turismo comunitário e desenvolvimento na perspectiva dos quilombolas no Parque Estadual do Jalapão (TO) e adjacências
8	(Santos; Santos, 2020)	<i>Revista Campo-Território</i>	Os caminhos do turismo comunitário: afirmação territorial na Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati – CE
9	(Santos; Silva; Coelho, 2019)	<i>Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)</i>	Reflexões sobre o turismo como estratégia de desenvolvimento: a comunidade Mumbuca (TO) e a possibilidade do etnodesenvolvimento
10	(Sudré; Figueiredo, 2023)	<i>Revista de Turismo Contemporâneo</i>	Saberes e olhares sobre o turismo de base comunitária: Estudo de caso da Comunidade Quilombola Pé do Morro, Tocantins

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 2 – Coordenação do estudo e principais resultados.

Artigo	Coordenação do estudo	Principais resultados
1	Brasil	Um APL turismo em fase de consolidação, com dificuldades de cooperação e interação entre os atores. É recomendável uma articulação entre os diferentes atores envolvidos com o APL, para seu efetivo desenvolvimento e sua sustentabilidade, minimizando os impactos negativos da atividade turística. Constatou-se a necessidade de implementação de ações públicas e privadas que direcionem e potencializem medidas que elevem a atividade turística de forma sustentável.



2	Brasil	O turismo e o turismo de base comunitária apresentam diferentes tipos de desenvolvimento, com deficiências a serem corrigidas pelo poder público municipal, a fim de viabilizar melhores condições na receptividade dos turistas, desenvolvimento humano e melhor organização interna. Destaque para oportunidades (aumento do turismo e parcerias), ameaças (a falta de incentivos públicos), pontos fortes (o comércio em temporada de turismo e produtos sustentáveis), e pontos fracos (a falta de um instrutor de inglês fixo).
3	Brasil	Identifica e sugere a necessidade de inventariar o patrimônio para futuras proteção e valorização. O turismo cultural pode divulgar tradições e promover o desenvolvimento, gerando renda e valorizando a cultura afro-brasileira. As ações de viabilização do turismo cultural devem estimular o turismo na comunidade, preservando a memória individual e coletiva. O desenvolvimento do potencial turístico está atrelado à adoção de medidas pelas esferas municipal e estadual, políticas privadas, associação comunitária e moradores.
4	Brasil	Há falta de discussão sobre a política pública de seguridade social para quilombolas. A dificuldade de acesso à internet é apontada como um obstáculo, levando moradores a migrarem para centros urbanos. Os quilombolas encontram dificuldade em usufruir de seus direitos. As políticas públicas não alcançam plenamente as particularidades das comunidades quilombolas no Tocantins.
5	Brasil	Gerou elementos fundamentais para pensar práticas de gestão de unidades de conservação entre os quais destacam-se: assegurar a conservação da biodiversidade, inclusão social e valorização dos saberes locais. O trabalho de organização comunitária realiza-se de modo relacionado ao de articulação em rede. A valorização e a defesa dos atributos naturais e culturais acontecem também por meio da vivência cultural proporcionada aos visitantes. O turismo em áreas protegidas pode ser uma estratégia para a compreensão, apoio à conservação e valorização da natureza e da cultura.
6	Brasil	No turismo comunitário a sustentabilidade territorial é trabalhada em harmonia com um desenvolvimento turístico atento às alterações dos padrões de consumo. A comunidade trabalha com pequenos fluxos de visitantes. Entretanto, a Festa do Mangue do Cumbé é o período de maior visitação da comunidade. O turismo comunitário no Quilombo do Cumbe poderá impulsionar o protagonismo social de maneira a contribuir para a permanência dos modos de vida tradicionais e para a sustentabilidade comunitária.
7	Brasil	As percepções dos sujeitos frente aos processos de desenvolvimento em curso no território e a convivência com a atividade turística tem produzido alterações na maneira como passam a utilizar seus recursos sócio comunitários. A atividade turística tem sido um elemento indutor importante para a melhoria da economia local e da qualidade de vida dos comunitários. A lógica econômica do turismo convencional tem alterado a dinâmica comunitária, influenciando nos costumes tradicionais, mas o turista que vem de um meio individualista também é modificado a partir da vivência/convivência comunitária.
8	Brasil	A expansão global do turismo pode descaracterizar paisagens e comunidades tradicionais, com atividades econômicas locais decadentes. O turismo comunitário representa uma forma de resistência à destruição promovida por empreendimentos capitalistas, valorizando a identidade e preservando o meio ambiente local. O turismo comunitário fortalece a identidade do território e promove o contato com pessoas reais e seus modos de vida



9	Brasil	Ficou evidenciado no estudo que a comunidade Mumbuca encontra-se socialmente vulnerável, visto que sofreu ação violenta do estado com a criação do Parque Estadual do Jalapão em 2001. O crescimento da atividade turística na região do Jalapão e a forma diferenciada com que a comunidade Mumbuca vem lidando com a questão, geram efeitos na vida cotidiana da população. Neste sentido, destaca-se a necessidade de estratégias de desenvolvimento que sejam capazes de preservar sua cultura e até mesmo valorizá-la. A comunidade Mumbuca tem reconhecido a cultura como recurso para o seu desenvolvimento, à medida que vem implementando diversas estratégias com este foco
10	Brasil	O TBC é visto como potencial de etnodesenvolvimento, ferramenta de manutenção e pertencimento ao território e à cultura quilombola. A comunidade recebe visitantes e tem clareza do potencial do turismo ligado às suas características culturais. Necessidade de investimentos, sensibilização da comunidade e organização dos atrativos existentes. Intensificar a articulação política através da participação da comunidade no Conselho Municipal de Turismo

Fonte: Autores

4 DICUSSÕES

O estudo encontrou aspectos analíticos que podem ajudar a embasar uma discussão mais ampla, aprofundada e sensível sobre as especificidades das comunidades quilombolas.

Estas comunidades estão organizadas de maneira associativa e/ou cooperativa. Sobre o modo de organização, um conceito que chama a atenção em algumas comunidades é a percepção entre o individual e o coletivo (Paulino; Pizzio, 2023). Para muitos, se a ação está sendo realizada na comunidade é entendida como comunitária, mesmo que seja realizada por um integrante do grupo de forma individual. O Conselho Gestor foi apontado como espaço importante de aproximação entre as comunidades para o fomento, articulação e o fortalecimento das relações (Moraes et al., 2024).

A análise sobre as atividades econômicas desenvolvidas indica que em algumas comunidades, a principal atividade econômica é a comercialização de artesanato (Farias et al., 2022) e produtos regionais (Santos; Barreto; Vieira, 2023) oriundos da agricultura familiar ou do extrativismo que tem gerado conflitos sociais e territoriais que repercutem de modo significativo nos modos de produção do lazer comunitário (Oliveira; Diógenes; Almeida, 2021). Araújo e Pires (2023) destacam que o grupo de empreendedores é composto principalmente por micro e pequenas empresas.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é visto como uma ação política, de luta pelo território, de vida e valorização da sua história e cultura (Moraes et al., 2024). Experiência ancorada em práticas socialmente referenciadas e simbólicas para a comunidade, contribui para que os benefícios gerados por meio da prestação dos serviços possam efetivamente ficar na comunidade e dinamizar a economia local (Oliveira; Diógenes; Almeida, 2021). Farias, Medeiros, Oliveira e Ferreira, (2022) Destacam que para saírem da condição de invisibilidade institucional os atores criam suas próprias estratégias e seus modelos de desenvolvimento e assumem o protagonismo social. O Turismo de Base Comunitária é baseado na especialidade e autogestão dos recursos da comunidade, com práticas solidárias e distribuição igualitária de riquezas. Sudré e Figueiredo (2023) destacam

o TBC com os seguintes potenciais: etnodesenvolvimento (com a população como protagonista), estratégia para preservação da cultura quilombola e de pertencimento ao território. É importante considerar os conflitos que podem ocorrer com a intensificação do turismo nas comunidades quilombolas (Paulino; Pizzio, 2023). Os autores destacam a modificação no uso dos recursos, os conflitos de interesse, a desintegração da coletividade, a ameaça à identidade cultural e a necessidade de regulação e participação como fatores que podem impactar as práticas tradicionais da vida comunitária, sua identidade cultural, entre outros fatores.

A expansão global do turismo pode descaracterizar paisagens e comunidades tradicionais, com atividades econômicas locais decadentes (Santos; Santos, 2020). Entretanto, segundo os autores, o mapeamento participativo identifica lugares e caminhos do turismo comunitário que representam resistência à destruição promovida por empreendimentos capitalistas, valorizando a identidade e preservando o meio ambiente local. O turismo é visto como ferramenta para o aumento da economia em países em desenvolvimento devido ao seu papel na geração de divisas, renda, trabalho e tributos (Santos; Barreto; Vieira, 2023). No caso do TBC praticado em pequena escala e procurado por turistas com consciência ambiental e social pode ser uma fonte geradora de renda com impactos minimizados, destacam os autores.

Outra questão pontuada nos estudos mapeados é que existe uma falta de discussão sobre a política pública de seguridade social para quilombolas (Franco; Sousa; Ferreira, 2024). A falta de legalização da maioria dos territórios quilombolas (IBGE, 2022) impacta a formação e consolidação dos APLs, uma vez que um APL em fase de consolidação destaca-se pela existência no local ou região de atividades produtivas com características comuns, pela existência de uma infraestrutura tecnológica significativa, bem como a existência de relacionamentos dos agentes produtivos entre si e com os agentes institucionais locais consolidando a geração de sinergias (Araújo; Pires, 2023). A disputa territorial muitas vezes não permite a criação dessas condições.

O protagonismo social das comunidades pode ser acessado através da participação no Conselho Municipal de Turismo, visto que é a instância que define, em conjunto com a gestão municipal, quais as prioridades do segmento do turismo, e a articulação política

através da participação da comunidade no Conselho Municipal de Turismo (Sudré; Figueiredo, 2023)

A (re)afirmação da identidade socioterritorial do povo quilombola é possível pela (re)apropriação de seus territórios ancestrais, permanecendo viva na resistência à situação conflituosa (Sousa Filho; Borges, 2019). Os autores destacam a problemática da expropriação e negação dos territórios do campesinato negro resistente no Brasil, sobrevivente em diversas comunidades remanescentes de quilombolas. Salientando a importância do território não apenas como fonte de recurso para lucro, mas como um abrigo e espaço de sobrevivência, mantendo uma relação afetiva com a terra mesmo em condições urbanas (Sousa Filho; Borges, 2019).

A articulação entre os atores envolvidos possibilitará o efetivo desenvolvimento e sustentabilidade de um APL (Araújo; Pires, 2023). Na dimensão ambiental, constatou-se a necessidade de implementação de ações públicas e privadas que direcionem e potencializem medidas que elevem a atividade turística de forma sustentável. As práticas de turismo comunitário são voltadas para a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade da região, promovendo a conscientização sobre a importância da conservação ambiental entre os moradores e visitantes (Santos; Barreto; Vieira, 2023). A integração do turismo às atividades econômicas tradicionais é uma característica basilar do turismo de base comunitária, logo as atividades produtivas preexistentes são valorizadas, os modos de vida tradicionais são evidenciados e há uma relação de interdependência entre as atividades e as práticas comunitárias (Oliveira; Diógenes; Almeida, 2021).

Nesta revisão integrativa da literatura tem como limitação a disponibilidade e a diversidade das fontes de informação. A quantidade limitada de estudos publicados que abordam de forma aprofundada e atualizada as questões relacionadas aos APLs com foco no desenvolvimento do turismo em comunidades quilombolas, dificulta uma análise consolidada e abrangente. Contudo, isso não diminui a relevância dos resultados obtidos, os quais são considerados pertinentes para os tomadores de decisão e futuros estudos sobre o tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura analisada foi possível constatar que a história de lutas dos antepassados dos quilombolas continua presente na forma de vida adotada nas comunidades. Alguns aspectos permanecem em função da exclusão de direitos básicos, situação que ainda acontece com o povo remanescente de pessoas que foram escravizadas. Outros permanecem como forma de preservar uma história que não pode ser esquecida. A história de luta do povo está refletida nos modelos de gestão presentes nas comunidades. É comum que estejam organizadas em formato de associativismo (como forma de manter sua origem, cultura e costumes) e cooperativismo (para organização econômica, produção e comercialização, que quase sempre se trata de artesanato, produtos do extrativismo regional e outros itens oriundos da agricultura familiar), no qual fortalece a presença econômica e cultural das comunidades.

O TBC, explorado de maneira sustentável, pode ser a oportunidade de ampliar a participação econômica, das comunidades, em um segmento que tem destaque nacional (o do turismo), preservar tradições e costumes, fixar a população no território (com protagonismo social e modelo próprio de receptivo). A literatura destaca a necessidade de atenção aos conflitos de interesses, a preservação da identidade cultural da comunidade e o fato de que a exploração desordenada do turismo pode descaracterizar comunidades tradicionais e seus recursos naturais. Entretanto, o TBC que é realizado em pequena escala, é uma importante fonte de geração de renda para a comunidade, sem gerar grandes impactos.

Algumas questões, que os autores percebem como interligadas, tratam da ausência de políticas públicas específicas para quilombolas (entre as quais estão a seguridade social, o direito de posse do território, acesso à saúde, educação, crédito, dentre outros), o protagonismo social e a afirmação da identidade socioterritorial. Essa tríade desenvolvida junta é capaz de promover a autoestima, o desenvolvimento econômico e sociocultural das comunidades tradicionais e precisam ser fomentadas. No intuito de preencher essa lacuna, o Governo Federal publicou o Decreto nº 11.477, de 21 de março de 2023, que trata do Programa Aquilomba Brasil que tem em seus eixos temáticos questões como o

acesso à terra e ao território, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direito e cidadania (Brasil, 2023). A definição de uma política pública que trata da proteção de direitos essenciais de comunidades tradicionais é essencial para garantir os direitos das populações, promovendo a valorização de suas culturas, o fortalecimento de suas organizações e a preservação de seus territórios, contribuindo assim para a promoção da justiça social e do desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

Um APL que integre o turismo às atividades econômicas presentes nas comunidades tradicionais e que tenha presente a necessidade de preservação da cultura local, a sustentabilidade ambiental e social pode ser o meio de promoção e resgate/preservação da cultura de uma comunidade tradicional.

Há muito a ser pesquisado ao se tratar de comunidades tradicionais: desafios, direitos, aplicação de políticas públicas e privadas, preservação da cultura, dentre outros. Na literatura identificou que um aspecto importante para o desenvolvimento econômico e social das comunidades tradicionais será compreender e compartilhar o modelo de gestão adotado para o sucesso dos empreendimentos de comunidades tradicionais brasileiras.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Todos os autores - Conceptualização, Curadoria de dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Validação, Visualização, Escrita (rascunho original, revisão e edição).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Wilson Alves; PIRES, Mônica De Moura. Turismo sustentável e arranjo produtivo local: mensurando a sustentabilidade ambiental na costa do descobrimento. **Revista Foco**, v. 16, n. 9, p. e3025, 8 set. 2023.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSTYN, I. 2024. Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-base-comunitaria-diversidade-de-olhares-e-experiencias-brasileiras.pdf/view>>. Acesso em: 18 mai. 2025.

BLANCO TARREGA, Maria Cristina Vidotte; LAMBERT, Ana Sofia Alencar. Tutela jurídica dos arranjos produtivos locais e exploração da biodiversidade em Goiás: a proteção da propriedade intelectual como mecanismo de desenvolvimento das comunidades tradicionais. **Revista Videre**, v. 10, n. 20, p. 29–47, 18 dez. 2018.

BRASIL **Resolução Nº 510**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>>. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.477, de 21 de março de 2023**. Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11447.htm>. Acesso em 25 mai. 2025.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL J.D. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora: Penso, 2021

FARIAS, F, F; MEDEIROS, V, C, A; OLIVEIRA, A, F, B; FERREIRA, V, F. Perspectivas sobre o Turismo de Base Local na Comunidade Quilombola Negros do Riacho. **Turismo e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 220, 15 dez. 2022.

FRANCO, C. M. G; SOUSA, D.; FERREIRA, P. R. **A Legalização Quilombola: Uma História Ainda a ser Contada**. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. 778, 3 jul. 2024.

FUINI, Lucas Labigalini. Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. **GeoTextos**, v. 9, n. 2, p.58 e 62, 2013.

IBGE. **IBGE divulga retrato inédito sobre quilombolas e ressalta modelo de consulta às lideranças dessa população**. <https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/37489-ibge-divulga-retrato-inedito-sobre-quilombolas-e-ressalta-modelo-de-consulta-as-liderancas-dessa-populacao>

MAGNO CARDOSO NASCIMENTO, Raimundo. Recuperação de práticas tradicionais pelas comunidades quilombolas áfrica e laranjituba (moju/pará): o caso da cerâmica em argila. **Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 191–213, 26 jul. 2022.

MORAES, E. A; GUERRA, M. F; MENDONÇA, T. C; FENERICH, G.N. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação de uso sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. **Turismo: Visão e Ação**, v. 26, p. e19133.

OLIVEIRA, Ana Amélia Neri; DIÓGENES, Conceição Malveira; DE ALMEIDA, Dulce Maria Filgueira. Lazer e protagonismo social: uma experiência de turismo comunitário no nordeste brasileiro. **Cadernos de Geografia**, n. 43, p. 67–80, 30 jun. 2021.

OUZZANI, M. et al. Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 5, n. 1, p. 210, dez. 2016.

PAULINO, Eduardo Gomes; PIZZIO, Alex. Turismo comunitário e desenvolvimento na perspectiva dos quilombolas no Parque Estadual do Jalapão (TO) e adjacências. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 16, n. 5, 1 nov. 2023.

PIZZIO, Alex; NEVES, Lucélia. Princípio de paridade participativa, reconhecimento e desigualdade social em Território Rural no Bico do Papagaio (TO). **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, 30 dez. 2013.

RICHARDSON WS, Wilson MC, Nishikawa J, Hayward RS. **The well-built clinical question: a key to evidence-based decisions**. **ACP J Club**, v.123, n.3, p. 29. 1995.

SANTOS, Lara Maia Dos; SANTOS, Camila Dutra Dos. Os caminhos do turismo comunitário: afirmação territorial na Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati – CE. **Revista Campo-Território**, v. 15, n. 39 Dez., p. 333–352, 30 dez. 2020.

SANTOS, Rayssa Carneiro; DA SILVA, Reijane Pinheiro; COELHO, Pedro Paulo Valadão. Reflexões sobre o turismo como estratégia de desenvolvimento: a comunidade Mumbuca (TO) e a possibilidade do etnodesenvolvimento. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 4, 13 ago. 2019.

SANTOS, Sara Gomes; BARRETO, William De Souza; VIEIRA, Camila Silva De Jesus. Arranjo produtivo local (APL) do turismo de base comunitária na região da Valéria no município de Parintins-AM. **Observatório de a Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 10, p. 15724–15742, 2023.

SOUSA FILHO, Hudson Nascimento De; BORGES, Manoel Filho. A negação do direito quilombola ao território no estado do Tocantins. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 18, p. 15833, 18 dez. 2019.



SUDRÉ, Stephanni Gabriella Silva; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Saberes e olhares sobre o turismo de base comunitária: Estudo de caso da Comunidade Quilombola Pé do Morro, Tocantins. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 11, n. 3, p. 405–423, 4 set. 2023.

FURLANETTO, F.F; CÂNDIDO, G.A; MARTIN, M.F. **Sustentabilidade em Arranjos Produtivos Locais: Uma Proposta Metodológica de Análise**. Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W1926464865>>. Acesso em: 1 abr. 2025.